

# SUMÁRIO

---

## PREFÁCIO

<b>Evaldo Vilela</b> .....	11
----------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

<b>Patrícia Aurélia Del Nero</b> .....	13
--	----

## CAPÍTULO 1

### ECONOMIA POLÍTICA DA PROPRIEDADE MODERNA E PROPRIEDADE INTELECTUAL – FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

<b>Alberto da Silva Jones</b> .....	19
1.1 Introdução .....	19
1.2 A Propriedade privada burguesa – Absoluta e parcelizada – Contraditória .....	26
1.3 Algumas indicações para reflexão – Crise da propriedade na atualidade .....	30
Referências .....	38

## CAPÍTULO 2

### O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOB A PERSPECTIVA ESTRATÉGICA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA SUA REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAL

<b>Manoela Carneiro Roland</b> .....	39
2.1 Introdução .....	39
2.2 Definição de Propriedade Intelectual .....	40
2.3 O conceito de desenvolvimento – O marco das Nações Unidas e um conceito ampliado .....	43
2.4 A OMC como espaço de deliberação multilateral sobre o desenvolvimento, tendo como instrumental a regulamentação sobre Propriedade Intelectual .....	51
2.5 Conclusão .....	53
Referências .....	54

## CAPÍTULO 6

### A RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS DOS BENS IMATERIAIS E DE DEFESA DA LIVRE CONCORRÊNCIA – PERSPECTIVAS E CRITÉRIOS

<b>João Marcelo de Lima Assafim</b> .....	121
6.1 Apresentação do problema.....	122
6.2 Instrumentos de controle do exercício da PI.....	129
6.2.1 Aspectos gerais.....	129
6.3 Sistema dos EEUU .....	134
6.3.1 USIP <i>Guidelines</i> 1995 .....	134
6.4 Promovendo a inovação – DOJ / FTC <i>Antitrust Enforcement</i> 2007...	138
6.5 Nova política no sistema europeu .....	143
6.5.1 Inquérito setorial.....	143
6.6 Perspectiva no sistema brasileiro.....	146
6.7 Conclusão.....	152

## CAPÍTULO 7

### A PROPRIEDADE INTELECTUAL E PROPRIEDADE DA CULTURA

<b>Edgar Gastón Jacobs Flores Filho</b> .....	153
7.1 Introdução.....	153
7.2 Definição de cultura e relação com o direito.....	155
7.2.1 Cultura e propriedade.....	156
7.3 A propriedade intelectual como instituição e a influência da cultura....	157
7.4 A propriedade privada como instituição social.....	158
7.4.1 Notas preliminares – O que é uma instituição?.....	158
7.4.2 A propriedade privada e a regra da exclusão.....	160
7.5 Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual.....	162
7.6 Considerações finais.....	164
Referências .....	165

## CAPÍTULO 8

### PATENTES DE SEGUNDO USO FARMACÊUTICO *VERSUS* INOVAÇÃO – QUESTÕES POLÊMICAS

<b>Charlene Maria C. de Ávila Plaza, Nivaldo dos Santos</b> .....	169
8.1 Introdução.....	169
8.2 Os organismos internacionais face às patentes farmacêuticas – Breves considerações .....	172
8.3 Inovação tecnológica e a privatização do conhecimento: revisitando a Constituição Brasileira – O Acordo <i>TRIPS</i> – A Lei nº 9. 279/96 .....	176
8.4 O Mecanismo de <i>evergreening</i> nas patentes farmacêuticas – Os Acordos <i>TRIPS</i> e o <i>TRIPS-plus</i> .....	180
8.4.1 Espécies de <i>evergreening</i> no âmbito das patentes farmacêuticas....	186
8.4.1.1 Novo uso ou segundo uso .....	186
8.4.1.2 Associação fixa ou <i>combo-patents</i> .....	189

## CAPÍTULO 6

### A RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS DOS BENS IMATERIAIS E DE DEFESA DA LIVRE CONCORRÊNCIA – PERSPECTIVAS E CRITÉRIOS

<b>João Marcelo de Lima Assafim</b> .....	121
6.1 Apresentação do problema.....	122
6.2 Instrumentos de controle do exercício da PI.....	129
6.2.1 Aspectos gerais.....	129
6.3 Sistema dos EEUU .....	134
6.3.1 USIP <i>Guidelines</i> 1995 .....	134
6.4 Promovendo a inovação – DOJ / FTC <i>Antitrust Enforcement</i> 2007...	138
6.5 Nova política no sistema europeu .....	143
6.5.1 Inquérito setorial .....	143
6.6 Perspectiva no sistema brasileiro.....	146
6.7 Conclusão.....	152

## CAPÍTULO 7

### A PROPRIEDADE INTELECTUAL E PROPRIEDADE DA CULTURA

<b>Edgar Gastón Jacobs Flores Filho</b> .....	153
7.1 Introdução .....	153
7.2 Definição de cultura e relação com o direito.....	155
7.2.1 Cultura e propriedade.....	156
7.3 A propriedade intelectual como instituição e a influência da cultura....	157
7.4 A propriedade privada como instituição social.....	158
7.4.1 Notas preliminares – O que é uma instituição?.....	158
7.4.2 A propriedade privada e a regra da exclusão.....	160
7.5 Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual.....	162
7.6 Considerações finais .....	164
Referências .....	165

## CAPÍTULO 8

### PATENTES DE SEGUNDO USO FARMACÊUTICO VERSUS INOVAÇÃO – QUESTÕES POLÊMICAS

<b>Charlene Maria C. de Ávila Plaza, Nivaldo dos Santos</b> .....	169
8.1 Introdução.....	169
8.2 Os organismos internacionais face às patentes farmacêuticas – Breves considerações .....	172
8.3 Inovação tecnológica e a privatização do conhecimento: revisitando a Constituição Brasileira – O Acordo <i>TRIPS</i> – A Lei nº 9. 279/96 .....	176
8.4 O Mecanismo de <i>evergreening</i> nas patentes farmacêuticas – Os Acordos <i>TRIPS</i> e o <i>TRIPS-plus</i> .....	180
8.4.1 Espécies de <i>evergreening</i> no âmbito das patentes farmacêuticas....	186
8.4.1.1 Novo uso ou segundo uso .....	186
8.4.1.2 Associação fixa ou <i>combo-patents</i> .....	189

8.4.1.3	Substâncias não patenteáveis .....	189
8.4.1.4	Patentes <i>buy-out</i> .....	190
8.5	Considerações finais .....	190
	Referências .....	192

## CAPÍTULO 9

### APERFEIÇOAMENTO DE PATENTES E LICENÇA DE DEPENDÊNCIA

<b>Carla Eugenia Caldas Barros</b> .....	195	
9.1	Preâmbulo .....	195
9.2	Pressupostos constitucionais da licença de dependência .....	196
9.3	Os conceitos de invento e patente .....	198
9.4	Conceito de aperfeiçoamento.....	201
9.4.1	Critério técnico .....	201
9.4.2	Critério econômico.....	202
9.5	O conceito de dependência e sua correlação com o aperfeiçoamento ...	204
9.6	A contrafação por aperfeiçoamento .....	211
	Referências.....	213

## CAPÍTULO 10

### NOTA SOBRE A NOÇÃO DO USO COMO MARCA

<b>Denis Borges Barbosa</b> .....	215	
10.1	Qual o significado de “uso como marca”? .....	215
10.2	Uso como marca como condição de criação.....	217
10.3	Uso como marca como condição de proteção.....	218
10.3.1	O que é uso como marca .....	218
10.3.2	Uso, que não é <i>uso como marca</i> .....	226
10.3.2.1	Uso utilitário não é <i>uso como marca</i> .....	226
10.3.2.2	Uso estético ou ornamental não é uso como marca .....	227
10.3.2.3	O uso de signos em função comunicativa ou persuasória sem simultânea e predominante função distintiva não é uso como marca .....	229
10.4	Limitações legais e uso como marca .....	230
10.5	Mesmo o uso como marca não admite abuso .....	231
10.6	Propaganda comparativa.....	233
10.7	Abuso de direito.....	234
10.7.1	Abuso de poder econômico.....	234
10.8	A peculiaridade dos códigos numéricos de classificação de produtos.....	235

## CAPÍTULO 11

### INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS – UM TITÃ SE ESPREGUIÇANDO NO BRASIL

<b>Lucia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes,</b> <b>Maria Alice Camargo Calliari</b> .....	239	
11.1	Marco legal brasileiro.....	242

11.2	Histórico dos pedidos internacionais depositados no INPI .....	247
	Referências .....	252

## CAPÍTULO 12

### SOFTWARE – ACESSO AO CÓDIGO FONTE E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

<b>Manoel J. Pereira dos Santos</b> .....	255	
12.1	Introdução .....	255
12.2	Licenciamento <i>versus</i> cessão .....	257
12.3	Acesso ao código fonte .....	259
12.4	Ajustes contratuais para entrega do código fonte .....	260
12.5	Particularidades da sistemática brasileira .....	261
12.5.1	Os contratos de transferência de tecnologia no direito nacional ...	262
12.5.2	O conceito de fornecimento de tecnologia .....	263
12.5.3	O licenciamento do código fonte .....	264
12.6	O direito de acesso ao código fonte pelo usuário .....	266
12.7	Conclusões .....	267
	Referências .....	268

## CAPÍTULO 13

### PERFIS DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

<b>André R. C. Fontes</b> .....	271
---------------------------------	-----

## CAPÍTULO 14

### ENTENDENDO A INOVAÇÃO E SEU PAPEL NA GERAÇÃO DE RIQUEZAS

<b>Evaldo Ferreira Vilela</b> .....	291	
14.1	Inovar para sobreviver .....	291
14.2	O papel dos governos e da ciência e tecnologia .....	292
14.3	Inovação incremental ou radical .....	293
14.4	A inovação é nas empresas .....	294
14.5	Inovação depende de capacitação .....	296
14.6	Um programa de inovação .....	296
14.7	Arcabouço legal .....	297
14.8	A relação público-privado na inovação .....	298
	Referências .....	299

## CAPÍTULO 15

### EDUCAÇÃO PARA A INOVAÇÃO

<b>Rita Pinheiro-Machado</b> .....	303	
15.1	O desenvolvimento científico no Brasil .....	303
15.2	O desenvolvimento da indústria no Brasil .....	307
15.3	Propriedade industrial e políticas públicas para inovação .....	309
15.3.1	Propriedade industrial – Origens e evolução no Brasil .....	309
15.3.2	Políticas públicas e a inovação tecnológica .....	311



15.4	Iniciativas do INPI em prol da educação à inovação.....	313
15.4.1	Programas de curta duração .....	313
15.4.2	Academia da Propriedade Intelectual e Inovação .....	315
15.5	Considerações finais .....	316
	Referências .....	317

## CAPÍTULO 16

### OS ASPECTOS DO DIREITO PERANTE A PROPRIEDADE INTELLECTUAL E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL

<b>Ediney Neto Chagas</b> .....	319	
16.1	Introdução .....	319
16.2	Breve histórico .....	320
16.2.1	Convenção da União de Paris (CUP) 1883 .....	321
16.2.2	Tratado de Madri ou Acordo de Madri .....	321
16.2.3	Convenção de Berna (1871) .....	322
16.2.4	Convenção de Novas Variedades de Plantas (1961) .....	322
16.2.5	Acordo Geral de Tarifa e Comércio (GATT) 1947 .....	322
16.2.6	Acordo TRIPS ( <i>Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights</i> ) – Aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio .....	322
16.2.7	A Rodada Uruguai (1986-1994) .....	323
16.3	As novas leis no Brasil .....	323
16.4	As leis de inovação tecnológica.....	324
16.5	Grades curriculares.....	326
16.6	Recursos humanos .....	329
16.7	A reforma no pensamento jurídico.....	331
16.8	A insegurança jurídica.....	335
16.9	Conclusão.....	336
	Referências .....	337

SOBRE OS AUTORES.....	339
-----------------------	-----

ÍNDICE DE ASSUNTOS .....	345
--------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	351
------------------------	-----